



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Política social e estratégias de desenvolvimento.

A dívida pública no capitalismo dependente financeirizado

Carolina Joannes Rabelo¹

Resumo: Na atual fase de acumulação de capitalista, marcada pela alta financeirização e mundialização do capital, a dívida pública tem sido utilizada como um importante mecanismo de transferências dos recursos fruto da exploração do trabalho para a manutenção da alta rentabilidade financeira. Nesse sentido, este trabalho visa analisar a dívida pública latino-americana considerando as marcas sócio históricas do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina.

Palavras-chave: Estado; dívida pública; capitalismo dependente; financeirização; mundialização do capital.

The public debt in financial dependent capitalism

Abstract: In the current phase of capitalist accumulation, marked by the high financialization and globalization of capital, public debt has been used as an important mechanism for transferring resources from the exploitation of labor to maintain high financial profitability. In this sense, this paper aims to analyze the Latin American public debt considering the socio-historical marks of the development of dependent capitalism in Latin America.

Keywords: State; public debt; dependent capitalism; financialization; globalization of capital.

1- Introdução

A atual crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) marcada pela dificuldade de valorização devido à queda tendencial da taxa de lucro – o que é intrínseco ao sistema capitalista – intensifica suas contradições a partir do final dos anos dos anos 1970. Contudo, ainda que seja demarcado como período de análise este momento histórico, faz-se necessário enfatizar o caráter cíclico das crises capitalistas. Deve-se mencionar que as respostas dadas pelo capital para a manutenção de sua reprodução ampliada continuam assentadas na crescente e permanente expropriação, aumento da exploração da força de trabalho e sua conseqüente reestruturação das bases produtivas.

Vale sinalizar o fato destes processos serem marcas estruturais do capitalismo, podendo apresentar-se diferenciadamente de acordo com o período histórico e suas

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <carolinajoannes@yahoo.com.br>.

determinações sociais, políticas, econômicas, ideológicas, etc. Tal pressuposto é de suma importância para que possamos compreender como a crise estrutural do capital de caráter global expressou-se de forma diferenciada nos países latino-americanos. Proponho, dessa maneira, que partamos dialeticamente do universal para o particular e vice-versa. Como aponta Mazzeo (2015):

Ao estudarmos uma realidade social, o fundamental é situá-la no âmbito da relação *universal-particular*, quer dizer, a partir do *modo de produção que a conforma*. No caso do modo de produção capitalista – que se estrutura como universalidade –, as formações sociais constituem-se enquanto particularidades, que materializam e contêm essa *universalidade modo de produção capitalista*. De fato, são as particularidades que dão os nexos à universalidade, que por sua vez, dá o próprio “sentido” à singularidade, remontando-a à universalidade, enquanto concreção mesma (2015, p. 25, grifos do autor).

Através desse caminho teórico-metodológico, a partir dos elementos da crise estrutural do capital nos países imperialistas, pensaremos o desenrolar da dívida pública latino-americana sob vínculos altamente dependentes devido a forma específica do desenvolvimento de seu capitalismo (FERNANDES, 1973). Considerando que os seus traços estruturais, fruto da formação socioeconômica da América Latina, alteram e redimensionam não só o impacto da financeirização e da mundialização do capital, mas a frequente disputa sobre os frutos do trabalho produzidos socialmente.

1- Capitalismo dependente latino-americano e dívida pública: traços particulares

As bases nas quais se assentaram o capitalismo dependente na América Latina merecem uma atenção mais detida – ainda que de forma muito sintetizada devido ao pequeno escopo deste trabalho –. Tomá-lo como pressuposto é fundamental para entendermos como o Estado e as burguesias locais atuam em favor da manutenção (e, por muitas vezes, para o aprofundamento) do sistema da dívida pública, cooperando claramente para a punção do capital financeiro nacional e internacional sobre os recursos públicos.

Florestan Fernandes (1973) afirma que o padrão de dominação externa imperialista fez com que o capitalismo dependente surgisse como uma realidade histórica da América Latina¹. O autor também demonstra nos seus estudos algo de suma relevância

¹ Esse ponto é de suma importância para nossa análise, visto que Florestan Fernandes ao compreender o capitalismo dependente como algo estrutural, fruto da relação entre os países da periferia do capitalismo com os países imperialistas, se contrapunha às análises vigentes de sua época, expressas no pensamento socioeconômico etapista e evolucionista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

para pensarmos a dívida pública: a associação e forte imbricação das burguesias nacionais com o capital estrangeiro. Isso nos permite compreender como os interesses hegemônicos das classes dominantes imperialistas convergem e são absorvidos pelas classes burguesas latino-americanas nas suas mais variadas frações.

Esse elemento é estruturante para compreendermos as escolhas políticas, ideológicas e econômicas de nossas frações burguesas em torno da dívida pública. Uma vez que, por vezes, tendemos a perder de vista a sua ação estratégica quando apenas entendemos o crescimento da dívida pública e o caráter inquestionável de seu pagamento, e, conseqüentemente dos seus impactos, como algo imposto de fora, pelos organismos multilaterais internacionais (destaca-se aqui o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Dessa maneira, o autor aponta que:

as estruturas do capitalismo dependente estão preparadas para organizar a partir de dentro as “condições ótimas” da sobreapropriação repartida do excedente econômico e para renovar continuamente as condições de reincorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das sociedades hegemônicas preponderantes (1973, p. 59).

Outro elemento importante a ser remetido quando falamos sobre o sistema da dívida pública é a sua enorme capacidade de transferir os recursos públicos, em outras palavras, o excedente econômico produzido socialmente pela classe trabalhadora concentrados no Estado via fundo público.

Por fundo público entendemos sua formação “a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metatransformou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado” (BEHRING, 2010, p. 20). Este pode ser usado tanto para a reprodução do capital, quanto para a reprodução da força de trabalho¹. Novamente, precisamos mencionar que uma das marcas estruturais do capitalismo dependente é a apropriação interna e externa desse excedente. Contudo, Fernandes (1973, p. 30) irá destacar que “o fardo da acumulação de capital é carregado pelos países da latino-americanos; mas seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais”.

¹ Behring (2010) tem destacado que no atual desenvolvimento do sistema capitalista, o fundo público tem se constituído cada vez mais pelo trabalho necessário. Esse movimento será visto pela autora como *exploração tributária*, “na medida em que os trabalhadores pagam impostos direta, e sobretudo, indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias” (2010, p. 20-21).

Importa ressaltar que em momentos com uma queda mais acentuada das taxas de lucro, o capital recorrerá incessantemente para atividades não-produtivas e encontrará na dívida pública um elemento crucial para a manutenção de sua reprodução ampliada devido a sua enorme capacidade de transferir recursos.

Os anos de 1970 são um exemplo da exponenciação desse processo em concomitância com a intensificação dos investimentos e dos fluxos financeiros, resultando na financeirização e mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). As medidas de liberalização, desregulamentação e privatização nos países de capitalismo dependente ganharam vigor nos anos 1990, entretanto, elas são reflexo de movimentos já em andamento desde final dos anos 1960 nos países centrais e constituem o alicerce da mundialização do capital, a qual se deu

conjuntamente à emergência de uma configuração específica do capitalismo, na qual a visão de mundo [...] e as prioridades do capital financeiro destinado para aplicações dão forma em seu conjunto. *As formas de organização mais visíveis e identificáveis continuam sendo os grupos industriais transnacionais. Esses grupos se encarregam de organizar a produção dos bens e serviços e de assentar, de modo direto, a dominação política e social do capital frente aos assalariados. Mas ao seu lado, menos visíveis e menos analisados com atenção, se encontram as instituições financeiras bancárias e, sobretudo, não bancárias [...]* Esse capital busca ‘ganhar dinheiro’ sem sair da esfera financeira sob a forma de juros provenientes de empréstimos, de dividendos e de outros pagamentos recebidos a título da posse de ações, e, enfim, lucros nascidos das especulações bem-sucedidas (CHESNAIS, 2005, p. 20, grifos meus).

Dessa análise podemos retirar algumas características que marcam essa forma de desenvolvimento capitalista da atual fase de acumulação do capital. A primeira reside no caráter internacionalizado de sua valorização. Precisamos demarcar que tal movimento tornou-se possível através das inúmeras alianças estabelecidas entre os governos locais e os grandes grupos transnacionais, os quais exercem – como coloca o autor acima – a dominação política e social direta sobre a classe trabalhadora.

É justamente por conta das pressões estabelecidas por estes grandes grupos transnacionais, que ameaçam a todo momento a retirada de seus parques industriais dos países de capitalismo dependente, que o Estado e a burguesia promovem as condições ótimas para a exploração da força de trabalho nacional. Criam-se aparatos políticos e jurídicos para viabilizar uma força de trabalho capacitada, remunerada abaixo de seu valor histórico e despossuída dos direitos mínimos que lhe assegurariam estabilidade no mercado de trabalho.

Já a segunda, e mais difícil de ser apreendida, está no caráter altamente fetichizado das finanças. No atual desenvolvimento capitalista *parece* que os altos rendimentos financeiros estariam desligados da esfera produtiva, como se fosse possível ganhar dinheiro na esfera da circulação. Porém, é necessário reafirmarmos que apesar desta ser sua *aparência*, não há como “dinheiro produzir mais dinheiro”, pois, na esfera da circulação não há produção de mais-valor. Portanto, o *conteúdo* da acumulação capitalista está no escamoteamento de uma forte submissão da indústria a lógica das finanças, onde temos a primeira, por meio da alta extração de mais-valor, alimentando a segunda.

Dessa maneira, o período que sucede os anos de 1970 e as medidas tomadas por parte do capital para garantia de sua valorização representou nos países centrais uma ofensiva do capital contra os direitos sociais historicamente conquistados no que se configurou como Estado de bem-estar social (BEHRING; BOSCHETTI; 2009). Entretanto, para os países da América Latina, os anos de 1970 foram marcados pela truculência da autocracia burguesa, pela associação das burguesias locais com o projeto neoliberal imperialista, e fundamentalmente, pela inserção dependente dos países latino-americanos na plataforma de valorização mundial do capital (PAULANI, 2008).

É preciso lembrar o significado dos golpes de cunho militar-empresarial e as disputas em jogo neste momento histórico, pois só assim podemos entender as tensões e os desdobramentos destes processos no que tange à dívida pública e a expropriação contemporânea do fundo público. Cabe lembrar que durante os governos da autocracia burguesa ocorreu nos países de capitalismo dependente um endividamento em larga escala, o qual nos anos de 1990 resultou nas amarras do chamado “*ajuste fiscal*”. Entretanto, devemos enfatizar que “a dívida pública, além de veículo de confisco de rendas, tornou-se um instrumento de dominação dos povos latino-americanos. E, como todo instrumento de dominação conta com a cumplicidade ativa das classes dominantes” (BRANDFORD; KUCINSKI; 1975, p. 10).

Atento aqui para a importância do período que antecede as ditaduras e o que representou o chamado *nacional-desenvolvimentismo* latino-americano e a revisão radical dos seus elementos estruturantes pelo golpe. Tal chave de entendimento nos permitirá compreender como a dinâmica estrutural da reestruturação do capital a partir dos anos 1970 vai impactar drasticamente política, econômico e ideologicamente os rumos da América Latina.

Durante as décadas de 1940 até início de 1970 perdurou na América Latina o *nacional-desenvolvimentismo*. Esse período foi marcado por inúmeras produções que pensavam as condições estruturais do subdesenvolvimento econômico latino-americano diante do sistema mundial¹. Forjou-se no centro desse pensamento uma utopia ideológica fundada na tentativa de domesticação do capitalismo (SAMPAIO JR, 2012).

Podemos encontrar quatro características comuns aos pensadores do *nacional-desenvolvimentismo*: 1) defesa da autonomia e da soberania nacional; 2) industrialização como meio de superação dos entraves ao desenvolvimento da periferia; 3) o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social; 4) participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bem informada na gerência de postos chaves do Estado (CASTELO, 2009, p.73).

De acordo com Sampaio Jr (2012) o eixo articulador deste pensamento, alinhando-se com as características comuns citadas anteriormente, reside na “preocupação em integrar industrialização e formação da economia nacional” tendo em vista uma dupla articulação: “a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais” (2012, p. 674).

Nesse sentido, para o autor, as análises do *nacional-desenvolvimentismo* tinham como centro do debate a compreensão dos laços estruturais entre as economias de capitalismo dependente e o imperialismo. Logo,

O diagnóstico crítico elaborado pelos desenvolvimentistas implica a necessidade inescapável de ‘mudanças estruturais’ que ataquem as causas do subdesenvolvimento. Por conseguinte, a sua agenda política passa pelo enfrentamento do imperialismo [...] bem como por reformas estruturais que liquidem as bases objetivas e subjetivas do regime de segregação social – o latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população (SAMPAIO, JR, 2012, p. 674).

Porém, os limites de tal corrente fincavam-se justamente nas bases do desenvolvimento do capitalismo dependente e de suas classes sociais, expressos na ausência de uma burguesia com caráter nacional². Retomar as análises de Florestan Fernandes neste ponto é crucial para entendermos como a burguesia local gestada sob os

¹ Celso Furtado e Raul Prebisch são importantes nomes dessa corrente de pensamento.

² Segundo Sampaio Jr (2012, p. 675): “Sem a presença de burguesias nacionais capazes de enfrentar os interesses externos e internos comprometidos com a reprodução de dependência e subdesenvolvimento, a concepção ‘desenvolvimentista’ parecia, pois não teria como se converter em força real. A sorte do ‘desenvolvimentismo’ confundia-se, assim, com o próprio destino de formação da sociedade nacional”.

moldes do capitalismo dependente possui a defesa de um desenvolvimento anti-nacional, de cunho anti-democrático na condução de um Estado autoritário, optando claramente por uma associação dependente ao capital estrangeiro (FERNANDES, 1973).

Nesse sentido, os golpes militar-empresariais do final da década de 1960 e início de 70, consolidou a dupla articulação apresentada acima – dependência externa e segregação social – estabelecendo as bases para a revisão radical do *nacional-desenvolvimentismo*. Num primeiro plano, reafirmou-se uma profunda aliança com o capital internacional, não mais visto como empecilho para o desenvolvimento nacional dos países latino-americanos. Por outro lado, perdeu-se de vista os questionamentos estruturais acerca da relação entre pobreza e o desenvolvimento capitalista (SAMPAIO JR, 2012).

Importa a essa altura nos perguntarmos a seguinte questão: como a dívida pública foi utilizada nos países da América Latina durante o chamado *nacional-desenvolvimentismo*? UGÁ (2004) ao analisar as diretrizes do Banco Mundial para as políticas sociais de combate à pobreza no contexto latino-americano, aponta que diferentemente do período da chamada “Época de Ouro” nos países centrais, na América Latina:

O processo de desenvolvimento econômico nesses países, nos anos 1950 e 1960, realizou-se via endividamento externo. Por exemplo, o desenvolvimento econômico brasileiro foi realizado, segundo Castro (CASTRO; SOUZA, 1985), em marcha forçada, ou seja, o governo escolheu endividar-se naquele momento para, depois, resolver o que fazer com a dívida externa resultante dessa opção (UGÁ, 2004, p. 56).

O que autora nos ajuda a compreender é o fato da autocracia burguesa ter assentado as bases para consolidação do processo de concentração e centralização do capital monopolista na América Latina, além de ter reforçado a dependência desses países por meio do sistema de endividamento.

As consequências dos empréstimos efetuados pelos países da América Latina a juros flutuantes foram sentidas ao final da década de setenta com o segundo choque do petróleo e o aumento das taxas de juros pelo Banco Central norte-americano em 1979. Seus impactos foram imediatos, resultando num aumento em larga escala da dívida externa e na moratória mexicana em 1982. No Brasil, contamos ainda com “uma drástica redução da entrada de recursos externos no país” (UGÁ, 2004, p. 56). Sendo, portanto, esse o contexto para a chegada da programática neoliberal e os chamados *ajustes fiscais*.

A chegada do neoliberalismo e a emergência de um regime de acumulação financeirizado em escala mundial, em meados dos anos 1980, junto das medidas tomadas pelos governos da América Latina em concordância com as diretrizes econômico, política e ideológicas dos países imperialistas, fizeram com que saísse de cena o debate do desenvolvimento econômico e social e entrasse a “agenda política neoconservadora sobre liberalização, desregulamentação dos mercados, estabilidade dos preços e privatizações dos bens públicos” (CASTELO, 2009, p. 74).

Assim, podemos dizer que esse período de antessala ao neoliberalismo, conhecido como a crise da dívida externa dos países latino-americanos, significou a reafirmação dos laços de dependência sob a nova etapa de acumulação capitalista de cunho financeirizado. Dessa maneira, precisamos analisar o que de fato representou esses laços e suas consequências para os anos de 1990 até os governos recentes.

Longe de esgotar esse debate, o qual é permeado por intensas correlações de forças expressas no movimento de resistência da classe trabalhadora e pelos interesses bem definidos das frações burguesas nacionais e imperialistas, interessa que juntemos os aspectos particulares (trazidos anteriormente) com o contexto universal, isto é, as alterações em curso no modo de produção capitalista no atual momento histórico marcado pela financeirização e mundialização do capital. Compreendo que tal movimento é de suma importância para enxergarmos como a dívida pública no capitalismo dependente tem sido um necessário instrumento de transferência de excedente, o qual aprofunda drasticamente a dominação imperialista no contexto da América Latina.

2 – Dívida pública e os ajustes fiscais: a reafirmação da dependência nos países latino-americanos

Um dos grandes mitos difundidos atualmente gira em torno do processo de mundialização do capital como um processo integrador, o qual não se restringiria apenas a economia, mas também abarcaria um nível de grande difusão política, cultural, informacional, tecnológica, ideológica, etc. Entretanto, o desenvolvimento capitalista em escala mundial produz uma acentuada diferenciação entre os países, seja no plano da estrutura ou da superestrutura. Logo, ao contrário da forma como a mundialização do capital e seus pilares constitutivos (liberalização, desregulamentação, privatização e a reestruturação da produção) apresentam-se, esses processos estão longe de configurarem-se enquanto um processo integralizador.

O desmonte deste tipo de concepção, acerca do processo internacionalizado da valorização do capital é de suma importância para compreendermos como a dívida pública acirra a hierarquização entre os países, reafirmando dessa maneira, a inserção dependente dos países latino-americanos no mercado mundial.

Tal dependência ocorre não só na plataforma de valorização financeira, mas também nas relações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que revigoram a visão da América Latina como um local de forte interesse para a extração de matérias-primas incisiva exploração de sua força de trabalho qualificada e barata, além de sempre estar disposta de um importante mercado interno pronto a ser expropriado. Assim, como afirma Chesnais (2005, p. 27): “é por isso que a mundialização não é, em nada, um processo mundial integrador ou a base de repartição menos desigual da riqueza”.

Considerando a hierarquização produzida pelo próprio desenvolvimento capitalista, importa nesse momento percorrermos dois caminhos essenciais para compreendermos o que significou para a América Latina a crise da dívida externa e quais foram as suas consequências: o primeiro reside na compreensão da dívida pública como um importante mecanismo de transferência de excedente econômico. Já o segundo, situa-se nos ajustes fiscais e seu peso sobre os países latino-americanos. Adianto que partimos da compreensão de que tais amarras fiscais configuram nesta nova etapa de mundialização do capital financeirizado uma reafirmação da relação de dependência histórico-socialmente construída.

De acordo com Camara e Salama (2005) é possível reconhecer dois períodos da inserção financeira dependente dos países da América Latina na mundialização do capital: um primeiro momento estaria em 1970-1981 e o segundo de 1990-2000. Olhemos mais de perto o período de 1970-1981:

Nos anos 70, o contexto de controle de câmbio e de fortes flutuações das principais divisas favoreceu os financiamentos externos sob a forma de empréstimos bancários, de maneira que estes representavam mais de dois terços do total. É o período de reciclagem dos petrodólares pelos grandes bancos. *O setor público foi o principal beneficiário dessa forma de financiamento, especialmente nos países que seguiam estratégias de industrialização voltadas, na época, para a satisfação do mercado interno.* Foi o caso da América Latina. A elevação das taxas de juros e a alta do dólar no início dos anos 80 desencadeiam a crise da dívida (2005, p. 202, grifos meus).

Ao analisar esse primeiro período de inserção financeira dependente, os autores atentam para o real significado do processo de liberalização e desregulamentação: um

meio de possibilitar maior mobilidade do capital, sendo os petrodólares a expressão desse processo. Contudo, precisamos lembrar que o período de 1970-81 é marcado pela programática neoliberal e pela truculenta autocracia burguesa nos países latino-americanos como resposta das classes dominantes na tentativa de reestabelecer suas altas taxas de lucro.

As marcas da escalada do endividamento público pelos governos autocráticos em aliança com o imperialismo norte-americano seriam drasticamente sentidas já na década de 1980, assentando novamente as bases da reafirmação de dependência na dinâmica de acumulação de capital. Para termos noção dos impactos e da magnitude desse processo é só analisarmos a diferença do Crack da Bolsa dos anos 1930 com a crise da dívida externa nos anos 1980, pois,

[...] enquanto a Grande Depressão, ao deprimir os mercados externos, impulsionou a industrialização da América Latina abrindo caminho para à importante etapa de substituição das importações, nenhum benefício comparável emergiu da crise dos anos 80 [...] Para servir a dívida externa, a América Latina remeteu aos bancos dos países industrializados US\$ 133 bilhões, entre 1981 e 1985 [...] significa a maior transferência de recursos financeiros de uma região pobre para países industrializados (BRANDFORD; KUCINSKI; 19877, p. 17).

Vemos, portanto, uma característica estratégica desta na nova etapa de financeirização do capital diante de sua valorização mundializada: a utilização sistemática da dívida pública como um crucial mecanismo de transferência de excedente econômico. Ademais, ela também tem sido utilizada para aprofundar um sistema de dominação. O exemplo disso está no estrangulamento que os países da América Latina foram submetidos após o episódio de 1982 com a impossibilidade do México de pagar a dívida, resultando assim, na moratória e em profundas consequências para os demais países latino-americanos.

Precisamos também enfatizar a reação brutal dos mercados financeiros internacionais a esse episódio que culminou nos chamados ajustes fiscais. A moratória de 1982 veio junto da “carta de intenção” – ou seria de coerção? – do Fundo Monetário Internacional (FMI) para com os países devedores. Nesta medida político-jurídica com forte repressão econômica, o FMI estabelece critérios aos países latino-americanos para acessarem os créditos a fim de realizar novos empréstimos. Sob o discurso de financiar a amortização de parte do serviço da dívida esses critérios repousam na chamada *política*

de austeridade que em sua aparência consiste em reduzir drasticamente as despesas públicas e forte desvalorização da moeda¹.

Importa ressaltar o conteúdo pertinente nessa análise, uma vez que “desvalorizar a moeda, deve-se enfatizar, significa efetivamente reduzir o valor do trabalho de um país para o outro”, onde seu objetivo é o aprofundamento da “recessão através da erosão inflacionária dos salários, já que na maioria dos países latino-americanos os trabalhadores não possuem mecanismos de proteção dos salários contra a inflação” (BRANDFORD; KUCINSKI; 1987, p. 39-40).

Logo, ao nos atentarmos para o seu real conteúdo, entendemos que a tal *política de austeridade* nada mais é do que um profundo ataque aos direitos sociais e do trabalho por meio da expropriação sistemática do fundo público. Sua consequência nos anos 1980 resultou em milhões de desempregados, na explosão da inflação e na queda vertical do salário real da classe trabalhadora. Além de uma enorme transferência dos recursos socialmente produzidos para o exterior sob o pretexto de pagar a dívida pública².

Dentro desse contexto, precisamos apontar o aspecto também ideológico das ações dos organismos multilaterais internacionais com destaque para o FMI e Banco Mundial. A partir de 1980 e com enorme vigor nos anos 1990 em diante, a oligarquia financeira consegue despolitizar a discussão em torno da dívida pública. Por um lado, colocando-a apenas sob um olhar puramente técnico de fluxos financeiros. De outro, porém, de forma conjugada, adota eufemismos ideologicamente selecionados. Pois,

Como os programas de reajuste levam inevitavelmente a profundas recessões nas economias latino-americanas, o FMI precisa apresentá-los sob uma ótica ideologicamente aceitável. O que começa pela escolha das palavras ‘ajustamento’ e ‘austeridade’, ambas de conotação positiva, no lugar de ‘recessão’ [...] A partir disso as políticas são justificadas quase que como necessidade moral (BRANDFORD; KUCINSKI; 1987, p. 36).

Pensar este ponto requer que avancemos para a década de 1990 e analisemos o segundo período de inserção dependente da América Latina (1990-2000) na

¹ Camara e Salama (2005) atribuem a redução de despesas públicas e a forte desvalorização da moeda como duas das principais características do ajuste fiscal. No entanto, veremos que seus impactos vão além da aparência.

² Brandford e Kucinski (1987) ao estudarem o sistema da dívida durante o período autocrático burguês resumem bem o real conteúdo do endividamento. Nas palavras dos autores: “a dívida sintetiza e aprofunda um sistema de dominação, tornando a superexploração do trabalhador latino-americano uma dupla necessidade: a necessidade intrínseca ao sistema capitalista e a necessidade cambial. Por isso, as classes dominantes que detêm os meios de produção lucram na indústria da dívida ainda mais do que antes” (1987, p. 10).

mundialização do capital, concebendo-o como um movimento de continuidades e novidades. Continuidade no sentido de ser um aprofundamento do neoliberalismo nos países latino-americanos. Novidades devido aos laços já fortemente consolidados da dependência financeira por meio da dívida pública e pelas estratégias do capital por uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

Vale destacar algumas novidades das expressões da crise estrutural do capital ocorridas nos anos 90, apontando em que ela se difere da que ocorreu na década anterior. Lembrando, contudo, que suas expressões são fruto das medidas de austeridade e pela completa liberalização e desregulamentação do capital.

Na década de 1990 até o início dos anos 2000:

O crescimento foi particularmente volátil: crise em 1995, pronunciada no México, mas também na Argentina; crise de novo em 1998, repercutindo a crise asiática, dessa vez sobretudo no Brasil e novamente na Argentina, onde se prolonga, assumindo uma dimensão extremamente grave em 2002 (queda de 11% do PIB; mais 50% da população declarada como pobre); desaceleração séria do crescimento em 2002 e em 2003 no México, no Brasil e na maioria das economias latino-americanas. *A volatilidade da taxa de crescimento dos anos 90 tem origem diferente da 'década perdida'*. Nesta, está ligada ao pagamento do serviço da dívida com os próprios recursos desses países; nos anos 90, é gerada pela dependência financeira elevada (CAMARA; SALAMA; 2005, p. 214, grifos meus).

Apesar de muito contribuir as considerações dos autores e nos ajudarem a reconhecer as importantes diferenças no segundo período de inserção financeira dependente (1990-2000), faz-se necessário acrescentarmos alguns elementos para que não foquemos apenas numa dimensão, a financeira, e esqueçamos as mediações necessárias. Um ponto de suma relevância para pensarmos as diversas crises citadas pelos autores – que nada mais são do que as expressões de uma longa crise estrutural e da dificuldade enfrentada pelo capital de valorizar-se em escala mundial – é a incapacidade da programática neoliberal de impulsionar a acumulação capitalista a ponto de alavancar consideravelmente as taxas de lucro.

Já nos anos 1990 há um forte questionamento acerca das políticas neoliberais, principalmente das políticas de austeridade fiscal. As objeções e contestações baseavam-se nos reflexos do neoliberalismo que em poucos anos produziu um crescimento desastroso do desemprego estrutural, uma privatização de cunho claramente antissocial, um conjunto de mudanças obscuras nas relações de trabalho, as quais intensificaram gravemente a exploração da força de trabalho, uma redução acentuada do padrão de

proteção social (que já era ínfimo nos países latino-americanos), dentre muitas outras alterações.

Desse modo, é preciso nos perguntarmos, se desde sua implementação haviam fortes enfrentamentos ao neoliberalismo e aos efeitos de suas políticas, oriundas do endividamento público, como foi possível manter a esfera inquestionável sobre o debate do pagamento da dívida pública? Como o FMI e o Banco Mundial criaram e reiteraram um consenso em torno da dívida? E porque tal consenso foi e segue sendo necessário?

Muito mais do que esgotarmos esse debate, faz-se preciso termos como pano de fundo, mas não menos importante, a preocupação persistente por parte destes organismos com a manutenção da inserção dependente dos países da América Latina.

As alterações no plano político-econômico do pós 1970 refletiram na mudança estratégica do papel desempenhado pelo FMI e Banco Mundial. Reforçou-se nesse período a função educadora dos organismos internacionais, a fim de assegurar a interdependência durante a mundialização do capital. Ademais, o grande risco de insolvência dos países endividados exigia um novo tipo de condução hegemônica internacional e novas funções do Estado (MELO, 2005, p. 71)¹.

Nesse novo bloco histórico do capitalismo dependente a difusão de um consenso negativo em torno da própria ação do Estado é imprescindível. Faz-se necessário fundamentar os ajustes fiscais e a aparente inevitabilidade do ônus produzido. Muito mais do que a aparência desse fenômeno é preciso compreendermos sua essência, e como, pouco a pouco esses organismos apresentam o Estado como um gestor de compensações, ineficiente, oneroso e que se opõe aos avanços das reformas sociais, sendo indispensável, então, a presença de ‘novos sujeitos políticos coletivos’ e ações de natureza extraeconômica na condução das políticas sociais (MELO, 2005, p. 73-74).

Assim, a partir dos anos 1990, os organismos internacionais tentam apresentar uma aparência mais “humanizadora” do capitalismo para os países dependentes,

cujo discurso valorizaria tanto a sobrevivência dos indivíduos quanto a dos mercados, valorizaria a normalidade democrática, a eficiência da burocracia estatal, uma relação ‘saudável’ de parceria com atores sociais governamentais e não-governamentais, e a proteção ambiental; buscando diminuir as tensões

¹ MELO (2005, p. 73) ao analisar a função educadora do FMI e Banco Mundial a partir dos anos 1990, partindo do pensamento gramsciano, aponta que na década de 90 temos “um novo bloco histórico conservador em defesa do capital que é gestado”. Esse ponto nos ajuda a compreender como foi necessário criar um consenso em torno da justificação da própria financeirização dependente que o capital engendrava na América Latina.

sociais causadas pela austeridade dos ajustes e reformas em mudanças que, afinal, *tem como motivo principal manter e ampliar a capacidade dos países de pagamento da dívida externa, de cumprir com os serviços desta dívida, de fornecer mercados funcionando de forma estável e de manter uma ordem social sem sublevações nem possibilidades de mudanças desta decisão dos países quanto à aceitação de sua própria expropriação* (MELO, A. *apud* MELO, 2005, p. 75-76, grifos meus).

A nova pedagogia da hegemonia tem como objetivo escamotear os reais impactos do processo de financeirização do capital, retratando a dívida pública sob um viés inexorável, tecnicista, desprovido de mediações que apontem tanto a hierarquização dos países, quanto a profunda relação com a exploração da classe trabalhadora devido ao seu ciclo vicioso e odioso, como diria Chesnais.

A atenção ao aspecto ideológico construído em torno da dívida pública, por vezes, tem sido esquecido em diversas análises. Proposital ou não, o endividamento público em alguns estudos apresenta-se apenas como um movimento da esfera financeira, desligado da produção, sob um aspecto altamente tecnicista (que de tão técnico torna-se quase impossível de compreendê-lo!). Contudo, importa para o pensamento crítico não prender-se aos aspectos imediatos da realidade, mas demonstrar como a dívida pública na atual crise estrutural do capital vem imprimindo um forte contexto de retrocessos históricos, além de impulsionar a passos largos uma incisiva financeirização dos direitos sociais e do trabalho em prol da rentabilidade de uma insaciável oligarquia financeira.

3 – Considerações Finais

As bases que constituem a mundialização do capital assentaram-se na liberalização, desregulamentação e nas massivas privatizações foram assentadas na reestruturação da produção a fim de assegurar a intensificação da exploração da força de trabalho. Esses processos refletiram de forma diferenciada nos países latino-americanos, visto que são marcados por um desenvolvimento capitalista dependente (ainda que associado). Outrora vimos nos países centrais a efetivação de um Estado de bem-estar social e a luta histórica da classe trabalhadora contra os ataques do capital ao seu desmonte, a qual segue drasticamente ocorrendo. Entretanto, nos países da América Latina o que vemos é o retrocesso aliado a barbárie, contando com a truculenta ação do Estado, que historicamente possui traços autoritários e anti-democráticos frente a organização popular.

Podemos então dizer que em tempos de alta financeirização e mundialização do capital a dívida pública segue sendo um modo crescente e permanente de expropriação

da classe trabalhadora e do fundo público por ela majoritariamente financiado. Ter isso bem claro no horizonte ajuda-nos a identificar os elementos que reforçam a dependência associada das burguesias locais e a não reproduzirmos os perversos consensos que apenas reforçam a expropriação e exploração na América Latina.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDFORD, Sue; KUCINSKI Bernardo. **A ditadura da dívida pública na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. A inserção diferenciada: com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, François (Org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FORTI, Carla Ferreira; SCHERER, André Forti (Org.). **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lajeado: UNIVATES, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELLO, Adriana Almeida Sales de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia (Org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: _____ (Org.). **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 672-688, ano de 2012.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 55-62, ano de 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/383>>. Acesso em: 14 set. 2016.